



15ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO	
Data/Hora	27 de junho de 2014 – 15h05 às 16h00.
Local:	Sala 318 – Ed. Sede.
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1. I Seminário sobre Ética Pública da Comissão de Ética do Ministério da Justiça.2. Capacitação do pessoal da Ouvidoria.3. Curso promovido pela CEP.4. Consulta sobre conflito de interesses.5. Denúncias recebidas por e-mail.6. Processo nº 08001.000253/2014-99.7. Outros assuntos.

ASSUNTOS GERAIS

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de 2014, às 15h05, na sala 318 do Edifício Sede, reuniram-se para a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética do Ministério da Justiça (CEMJ), instituída pela Portaria MJ nº 1.660/2012, os membros titulares Alexandre Andrade Pires, Delci Carlos Teixeira e Valdirene Francisca Pinto. Procedendo à abertura da Reunião, o Presidente, Dr. Alexandre Andrade Pires, passou à leitura da pauta e ao desenvolvimento de cada item proposto. **Item 1. I Seminário sobre Ética Pública da Comissão de Ética do Ministério da Justiça:** foi destacado o retorno positivo dos servidores do MJ a respeito do evento, o qual alcançou os objetivos propostos. O Presidente ressaltou, ainda, que a CEMJ aguarda a emissão das notas fiscais relativas aos serviços e equipamentos contratados para a prestação de contas relativa ao Seminário. **Item 2. Capacitação do pessoal da Ouvidoria:** O Dr. Alexandre destacou que é necessário capacitar os servidores da Ouvidoria do MJ para receberem e identificarem as denúncias de natureza ética. **Encaminhamento:** o Presidente e a Secretária-Executiva procurarão definir data, local e conteúdo da capacitação. **Item 3. Curso promovido pela CEP:** o Dr. Alexandre divulgou que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) está oferecendo curso sobre Gestão e Apuração da Ética Pública e incentivou todos os membros da CEMJ a se matricularem. **Item 4. Consulta sobre conflito de interesses:** o Presidente informou que a CEMJ recebeu sua primeira consulta sobre a existência de conflito de interesses (processo nº 08020.017125/2014-56). Em seguida, relatou que, ao compulsar os autos, não vislumbrou nenhum elemento que configurasse confronto entre interesses públicos e privados. Assim, nos termos da Portaria MJ nº 912/2014, emitiu decisão preliminar permitindo o exercício de atividade privada pelo servidor interessado, desde que observadas uma série de orientações preventivas. **Deliberação:** os demais membros presentes colocaram-se de acordo com o inteiro teor da decisão preliminar e apuseram suas assinaturas ao final do despacho. **Encaminhamento:** determinou-se que, nos termos do procedimento descrito na Portaria MJ nº 912/2014, o processo seria encaminhado à CGRH para autorização formal e notificação do servidor. **Itens 5 e 6:** em razão de versarem sobre a apuração de supostos desvios éticos, estes itens serão tratados na parte relativa a assuntos sigilosos desta ata. **Item 7. Outros assuntos:** não foram abordados. Encerrada a reunião às 16h00, eu, Fernanda Souza Carmo Nogueira, Secretária-Executiva da Comissão de Ética do Ministério da Justiça, lavrei a presente ata.

PARTICIPANTES

Nº	NOME COMPLETO	ASSINATURA
1	Alexandre Andrade Pires	
2	Delci Carlos Teixeira	
3	Valdirene Francisca Pinto	
4	Fernanda Souza Carmo Nogueira	